

2024



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

MANUAL PRECALC

1ª EDIÇÃO

COORDENADORIA DE PRECATÓRIOS

Sumário

PRECATÓRIOS:	3
Filas:	4
Entes Regime Geral e Entes Regime Especial:	5
Atualização Monetária e dos Juros: (atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3130).....	5
Trânsito em Julgado:	7
Data Base:	8
Descontos e Impostos:	8
Fluxograma de atualização:.....	9
Fluxo padrão de procedimentos adotados desde a entrada do precatório até o seu pagamento ao beneficiário final (TJPI):	9
PreCalc:	11
PreCalc - Instalação:	11
PreCalc - Introdução:	12
PreCalc - Informações Gerais:	12
PreCalc - Planilhas: (versão 2.5 novembro/2024).	13
PreCalc - Atualização:	13
PreCalc - Finalizando:	15



PRECATÓRIOS:

Um **precatório** é um documento emitido pela Justiça para que o governo (federal, estadual, municipal ou distrital) pague uma dívida que foi reconhecida em um processo judicial. Esse pagamento pode ser feito por órgãos públicos ou instituições ligadas a eles, como autarquias e fundações.

Existem dois tipos de precatórios, dependendo do motivo da dívida:

- **Natureza alimentar:** Relacionados a questões de sustento, como salários, pensões, aposentadorias ou indenizações trabalhistas.
- **Natureza não alimentar:** Referem-se a outros assuntos, como desapropriações ou disputas de tributos.



Natureza Alimentar

Foco em dívidas relacionadas ao sustento



Natureza Não Alimentar

Abordar questões não relacionadas ao sustento

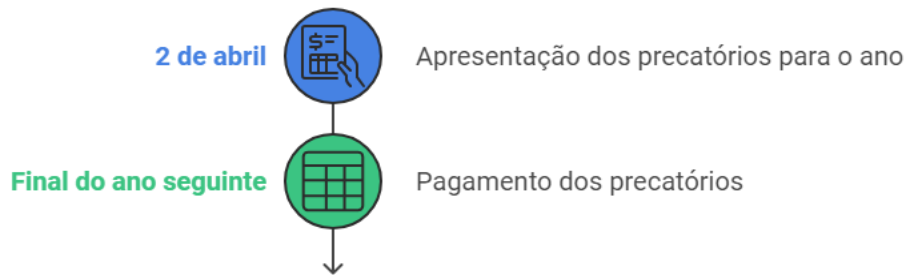
A **Emenda Constitucional N° 114**, de 16 de dezembro de 2021, estabelece que entidades públicas são obrigadas a incluir no orçamento o dinheiro necessário para pagar os **precatórios**. Essas dívidas devem ser apresentadas até o dia **2 de abril de cada ano** para que **sejam pagas até o final do ano seguinte**.

Emenda Constitucional N° 113, de 8 de dezembro de 2021.

Todos os ofícios precatórios protocolado até 01 de julho de 2021, deve ter como período orçamentário: 02/julho do ano de protocolo até 31 de dezembro do ano seguinte.

Todos os ofícios precatórios protocolado a partir de 02 de julho de 2021, deve ter como período orçamentário: 03 de abril do ano de protocolo até 31 de dezembro do ano seguinte.

Pagamento Precatório



EX:

Data de inscrição do precatório	Orçamento (LOA)
10/10/2023	2025
02/04/2024	2025
03/04/2024	2026
02/02/2025	2026

Além disso, os valores devem ser corrigidos monetariamente **até o momento do pagamento**, garantindo que o credor não perca poder de compra por causa de atrasos.

Filas:

Os Tribunais responsáveis pelos pagamentos organizam listas, observando as prioridades previstas na Constituição Federal (débitos de natureza alimentar cujos titulares tenham 60 anos de idade, sejam portadores de natureza grave ou pessoas com deficiência) e a ordem cronológica de apresentação dos precatórios.

As filas podem ser compostas:

- **Ordem cronológica:** Dos créditos mais antigos ao mais recente.
- **“Superpreferências”:** Caso o precatório seja de natureza alimentar e o credor tenha 60 anos ou mais ou seja portador de doença grave ou deficiência, ele recebe uma “parcela”. Isso significa que terá uma parcela preferencial para receber, ainda que limitada a um determinado valor.

FILA:



Consulta da fila disponível: [Departamento de Precatórios | Tribunal de Justiça do Piauí](#)

Entes Regime Geral e Entes Regime Especial:

A **Emenda Constitucional nº 62/2009**, de 9 de dezembro de 2009, instituiu o chamado **regime “especial” de pagamentos**.

Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que, na data de publicação desta Emenda Constitucional, estiverem em atraso no pagamento de precatórios vencidos, incluindo os emitidos durante o regime especial instituído por esta Emenda, deverão quitar esses precatórios conforme as normas abaixo, com exceção de algumas disposições do art. 100 da Constituição Federal.

§ 1º Os entes federativos em regime especial poderão optar por:

1. Depósito em conta especial do valor referido no § 2º deste artigo; ou
2. Adoção do regime especial por até 15 anos, em que o valor a ser depositado será o total dos precatórios, acrescido de juros da poupança e compensação da mora, excluindo-se os juros compensatórios, e dividido pelo número de anos restantes para o pagamento.

§ 2º Para pagar os precatórios, os entes federativos **depositarão mensalmente em uma conta especial 1/12 do valor calculado sobre suas receitas correntes líquidas**, apuradas no segundo mês anterior ao pagamento. Esse percentual será fixado no momento da escolha do regime e mantido até o final do prazo.

O chamado **regime “geral” de pagamento**: No caso de precatório vencido sem que haja a disponibilização do valor necessário à integral quitação do crédito, é realizado o sequestro de contas do devedor, através do sistema Sisbajud, desde que a medida constritiva seja requerida pela parte credora, em respeito ao art. 19 da Resolução nº 303/2019 do CNJ, seguindo o procedimento previsto nos dispositivos seguintes da Resolução.

Além disso, até que o valor pendente seja disponibilizado na conta especial de precatórios correspondente, o ente devedor não obtém certidão de adimplência do setor.

Atualização Monetária e dos Juros: (atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3130)

Art. 21. A **partir de dezembro de 2021**, e para fins de atualização monetária, remuneração do capital e de compensação da mora, os precatórios, **independentemente de sua natureza, serão corrigidos** pelo índice da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), acumulado mensalmente. (redação dada pela Resolução n. 448, de 25.3.2022)

Art. 21-A Os precatórios não tributários requisitados **anteriormente a dezembro de 2021** serão atualizados a partir de sua data-base mediante os seguintes indexadores: [\(incluído pela Resolução n. 448, de 25.3.2022\)](#)

I – ORTN - de 1964 a fevereiro de 1986;

II – OTN - de março de 1986 a janeiro de 1989;

III – IPC / IBGE de 42,72% - em janeiro de 1989;

IV – IPC / IBGE de 10,14% - em fevereiro de 1989;

V – BTN - de março de 1989 a março de 1990;

VI – IPC/IBGE - de março de 1990 a fevereiro de 1991;

VII – INPC - de março de 1991 a novembro de 1991;

VIII – IPCA-E/IBGE - em dezembro de 1991;

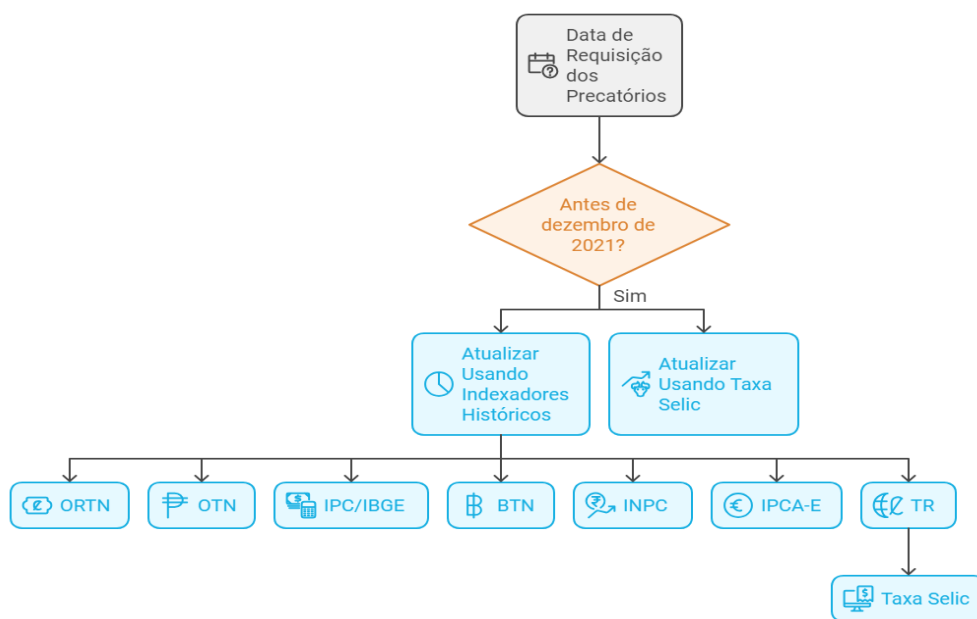
IX – UFIR - de janeiro de 1992 a dezembro de 2000;

X – IPCA-E / IBGE - de janeiro de 2001 a 9 de dezembro de 2009;

XI – Taxa Referencial (TR) – 10 de dezembro de 2009 a 25 de março de 2015;

XII – IPCA-E/ IBGE - de 26.03.2015 a 30 de novembro de 2021;

XIII – Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) - de dezembro de 2021 em diante.



§ 1º Antes do momento definido no caput deste artigo observar-se-ão os índices de atualização previstos no título executivo ou na conta de liquidação. [\(incluído pela Resolução n. 448, de 25.3.2022\)](#)

§ 2º Para os **precatórios expedidos no âmbito da administração pública federal**, aplicar-se-á o **IPCA-E** como índice de atualização no período de vigência dos [arts. 27 das Leis nº 12.919/2013 e 13.080/2015](#). [\(incluído pela Resolução n. 448, de 25.3.2022\)](#)

§ 3º Na atualização dos **precatórios estaduais e municipais emitidos pela Justiça do Trabalho** devem ser observadas as disposições do art. 39, caput, da [Lei nº 8.177/1991](#), no período de março de 1991 a junho de 2009, IPCA-E de julho a 9 de dezembro de 2009, Taxa Referencial (TR) de 10 de dezembro de 2009 a 25 de março de 2015, IPCA-E de 26.03.2015 a 30 de novembro de 2021 e taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) de dezembro de 2021 em diante. [\(incluído pela Resolução n. 448, de 25.3.2022\)](#)

§ 4º Até novembro de 2021, aos precatórios de natureza tributária serão aplicados os mesmos critérios de atualização e remuneração da mora pelos quais a Fazenda Pública remunera seu crédito tributário seguindo, a partir do mês seguinte, a regra de atualização do artigo 21 dessa Resolução. [\(incluído pela Resolução n. 448, de 25.3.2022\)](#)

§ 5º A atualização dos precatórios não-tributários deve observar o período a que alude o [§ 5º do artigo 100 da Constituição Federal](#), em cujo lapso temporal o valor se sujeitará exclusivamente à correção monetária pelo índice previsto no inciso XII deste artigo. [\(incluído pela Resolução n. 448, de 25.3.2022\)](#)

§ 6º Não havendo o adimplemento no prazo a que alude o [§ 5º do artigo 100 da Constituição Federal](#), a atualização dos precatórios tributários e não-tributários será pela taxa Selic. [\(incluído pela Resolução n. 448, de 25.3.2022\)](#)

§ 7º A utilização da TR no período previsto no inciso XI deste artigo é admitida somente para os precatórios

pagos ou expedidos até 25 de março de 2015. [\(redação dada pela Resolução n. 482, de 19.12.2022\)](#)

Art. 22. Na atualização da **conta do precatório não tributário os juros de mora devem incidir somente até o mês de novembro de 2021**, observado o disposto no § 5º do artigo anterior. [\(redação dada pela Resolução n. 482, de 19.12.2022\)](#)

§ 1º **A partir de dezembro de 2021, a compensação da mora** dar-se-á da forma discriminada no art. 20 desta Resolução, ocasião em que a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – **Selic incidirá sobre o valor consolidado**, correspondente ao crédito principal atualizado monetariamente na forma do art. 22 desta Resolução até novembro de 2021 e aos juros de mora, observado o disposto nos §§ 5º e 6º do artigo anterior. [\(redação dada pela Resolução n. 482, de 19.12.2022\)](#)

§2º **Em nenhuma hipótese a atualização monetária e o cálculo dos juros, previstos nos arts. 21 e 21-A, poderão retroagir a período anterior da data-base da expedição do precatório.** [\(incluído pela Resolução n. 448, de 25.3.2022\)](#)

Art. 23. As diferenças decorrentes da utilização de outros índices de correção monetária e juros que não os indicados neste capítulo, constantes ou não do título executivo, deverão ser objeto de decisão do juízo da execução e, sendo o caso, objeto de precatório complementar. [\(redação dada pela Resolução n. 448, de 25.3.2022\)](#)

Art. 24. A metodologia de atualização prevista nesta Resolução se aplica às requisições de pequeno valor até a data do pagamento. [\(redação dada pela Resolução n. 482, de 19.12.2022\)](#)

Parágrafo único. Vencido o prazo para pagamento da requisição, a atualização é devida na forma do art. 20 desta Resolução. [\(redação dada pela Resolução n. 482, de 19.12.2022\)](#)

Art. 25. Os juros compensatórios em ação de desapropriação não incidem após a expedição do precatório.

§ 1º Os juros compensatórios incidirão até a data da promulgação da Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, caso o precatório tenha sido antes desse momento expedido e sua incidência decorra de decisão transitada em julgado.

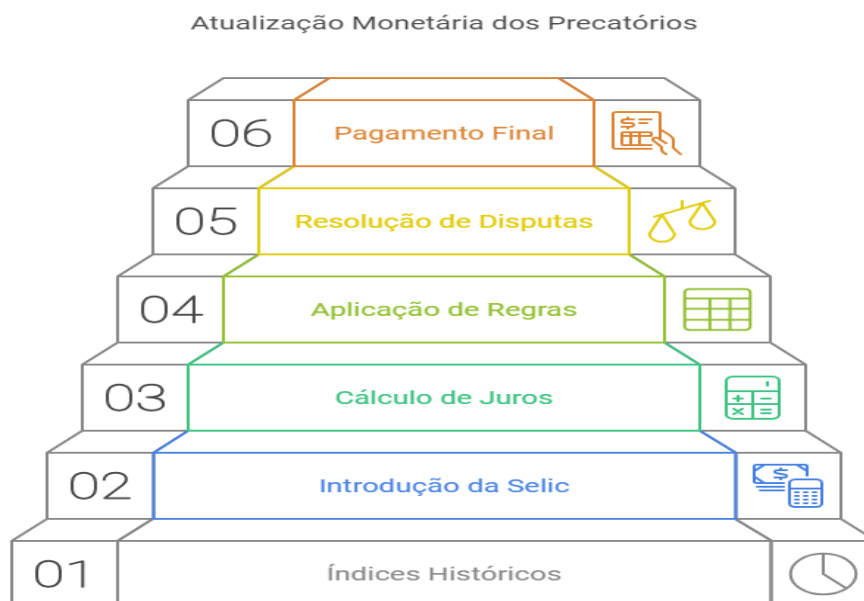
§ 2º Em ações expropriatórias, a incidência de juros moratórios sobre os compensatórios não constitui anatocismo vedado em lei.

OBS: RE 1515163 - O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) reafirmou o entendimento de que **não incide a taxa Selic durante o prazo de pagamento de precatórios, denominado de “período de graça”**.

Nesse intervalo, os valores inscritos em precatório terão exclusivamente correção monetária (IPCA-E).

1. Não incide a taxa SELIC, prevista no art. 3º da EC nº 113/2021, no prazo constitucional de pagamento de precatórios do § 5º do art. 100 da Constituição.

2. Durante o denominado ‘período de graça’, os valores inscritos em precatório terão exclusivamente correção monetária, nos termos decididos na ADI 4.357-QO/DF e na ADI 4.425-QO/DF.



Trânsito em Julgado:

O trânsito em julgado acontece quando uma **decisão judicial se torna definitiva**, ou

seja, não cabe mais recurso contra ela. Aquilo que foi decidido pelo juiz ou tribunal é considerado final e obrigatório para todas as partes envolvidas.

Sem o trânsito em julgado, o processo ainda não está finalizado e, portanto, não pode haver inscrição do precatório, muito menos a concessão da superpreferência. O trânsito é a "porta de entrada" para todo o processo de pagamento de precatórios, incluindo a superpreferência. Dessa forma, **só depois que a decisão transita em julgado é que o precatório pode ser emitido**, garantindo que o direito do trabalhador esteja oficialmente reconhecido.

A data do trânsito em julgado também influencia o valor que será pago na superpreferência, definindo o teto limite a ser pago na 'parcela'.

Data Base:

A **data-base** é o marco utilizado para calcular a **atualização monetária** de um valor devido, como precatórios ou outras dívidas judiciais, assim, é a data correspondente ao **termo final utilizado na elaboração da conta de liquidação**.

Descontos e Impostos:

Dependendo da natureza do precatório, pode haver **descontos** relacionados a impostos, como o **Imposto de Renda (IR)**, **Contribuição Previdenciária**.

Além disso, caso haja algum tipo de desconto de custas processuais ou honorários advocatícios, o valor a ser pago ao beneficiário do precatório pode ser reduzido.

Quando da realização de memória de cálculo para pagamento de precatório, os calculistas realizam as retenções observando a legislação do ente pagador, bem como os dados do credor. Os valores retidos são depositados em conta respectiva do ente, sendo tanto da destinação do imposto de renda quanto do fundo de previdência, se for o caso.

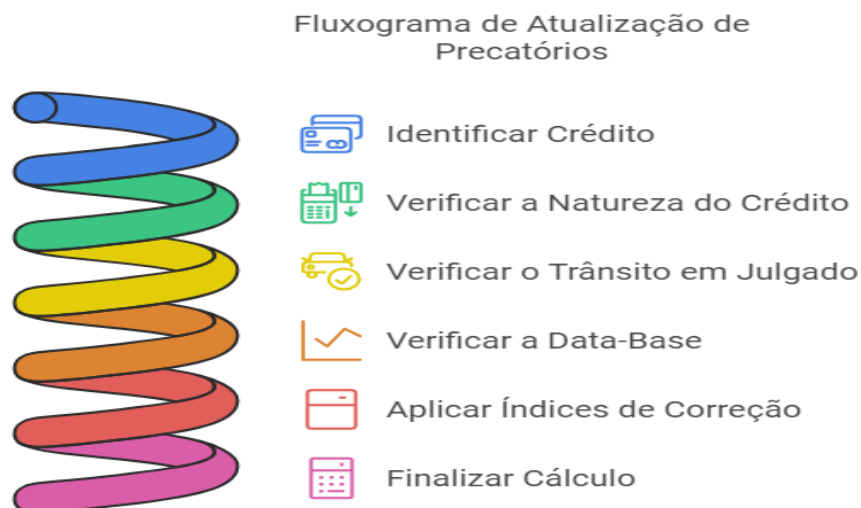
Honorários Contratuais: São valores (%) que o cliente se compromete a pagar ao advogado pela atuação no processo. Esses honorários acompanham o precatório do beneficiário principal.

Honorários de Sucumbência: São aqueles fixados pelo juiz ao final do processo, com base na parte que perdeu a ação (a parte sucumbente). Eles possuem um precatório separado do beneficiário principal e entram na fila na ordem cronológica.

Componentes Financeiros dos Precatórios



Fluxograma de atualização:



Fluxo padrão de procedimentos adotados desde a entrada do precatório até o seu pagamento ao beneficiário final (TJPI):

O juízo da execução envia o **ofício de requisição por meio do SEI para a unidade CPREC**. A data de apresentação no SEI é a que é considerada para efeito de definição da ordem cronológica.

Realiza-se uma análise jurídica e contábil: na parte jurídica, é feita a conferência da documentação, verificando se estão presentes todas as peças necessárias à formalização do precatório conforme a Resolução 375/2023 do TJPI e se o ofício foi corretamente preenchido. Na parte contábil, observa-se se o valor requisitado corresponde aos cálculos homologados, além de verificar se é possível identificar a data base, a discriminação de valor principal e juros, entre outros aspectos contábeis que possibilitem

a atualização do valor do precatório no momento do pagamento.

Durante essa análise jurídica e contábil, também é feito o **cadastro do ofício de requisição no sistema SAPRE**, em uma etapa chamada validação. Se houver falhas que impossibilitem a autuação, o ofício é devolvido ao juízo da execução por meio do SEI, e uma nova requisição só poderá ser feita por meio de um novo processo SEI.

Após a análise jurídica e contábil, e estando o ofício em conformidade com a Resolução 303/2019 do CNJ e a Resolução 375/2023 do TJPI, **o sistema SAPRE realiza a autuação do ofício no Sistema PJE**, momento em que o precatório efetivamente recebe numeração e pode ser incluído na lista cronológica.

Com a disponibilidade financeira, é certificada a posição do precatório na ordem cronológica e verificado se há precatório anterior pendente de pagamento. **No precatório a ser pago**, é proferido **despacho para que seja encaminhado à contadoria** para atualização, e as **partes (credor e devedor) são intimadas para se manifestarem sobre os cálculos**. No mesmo despacho, é determinado que o credor informe seus dados bancários necessários ao pagamento, caso essa informação não esteja no ofício do precatório. Os cálculos são anexados aos autos no PJE e no SAPRE.

Havendo concordância das partes quanto aos cálculos, ou decorrido o prazo sem impugnação, ou, caso haja impugnação, decidida esta, é **proferida a decisão de pagamento**. A decisão de pagamento é cadastrada no SAPRE, e é gerado um **processo SEI que é encaminhado à Secretaria de Orçamento e Finanças do Tribunal (SOF)** para cumprimento da decisão de pagamento.

Os valores são depositados na conta informada pelo credor. Caso não haja informações bancárias, o depósito é realizado em uma conta judicial vinculada ao CPF ou CNPJ do credor, aguardando o fornecimento dos dados bancários. A SOF envia à CPREC os comprovantes de pagamento, e após conferência, é proferida decisão extinguindo o precatório e arquivando-o com baixa.

Dessa forma, se tem os sistemas:

- Recebimento: SEI
- Processamento: SAPRE e PJe
- Pagamento: SAPRE e PJe. O pagamento efetivo é feito via ordem no SEI e efetivado via ofício pela SOF (Secretaria de Orçamento e Finanças) junto à instituição bancária.



*SEI: Sistema Eletrônico de Informações;

*SAPRE: Sistema de Gestão de Precatórios;

*PJE: Processo Judicial Eletrônico;

PreCalc:

Ferramenta de cálculos de precatórios que automatiza os cálculos de precatórios, garantindo padronização conforme as normas e regras aplicáveis. Além disso, torna os processos mais rápidos, precisos (minimizando erros humanos) e eficientes, otimizando o tempo e a confiabilidade das operações. Utiliza-se de planilhas automatizadas via Excel VBA e Power Query.

Possui modelos de planilhas para diferentes situações (Acordo, Preferências, Ordem Cronológica).

O PreCalc está em melhoria contínua, dessa forma é realizado ajustes e melhorias na ferramenta com base no feedback dos usuários e nas novas demandas.

PreCalc – Instalação:

Para instalar o PreCalc, o usuário deve acessar a pasta compartilhada onde está localizada a pasta nomeada "PreCalc" e **copiá-la para o local de sua preferência** no computador, como "Documentos" ou "Downloads".

Após abrir a pasta "PreCalc", **localizar o aplicativo chamado "PreCalc"** e enviar esse arquivo para a Área de Trabalho como um atalho.

Para configurar o ícone do atalho, basta clicar com o botão direito sobre ele, selecionar "Propriedades", ir até a aba "Atalho" e clicar em "Alterar Ícone". Depois, deve clicar em "Procurar" e selecionar o arquivo .ico presente na pasta "PreCalc", confirmando as alterações.

Com isso, o PreCalc estará pronto para uso. Para realizar atualizações, basta copiar a versão mais recente da pasta "PreCalc" da pasta compartilhada e substituir a antiga no computador do usuário.

Passos para Instalar e Atualizar o PreCalc

Atualizar Aplicativo

O usuário substitui a versão antiga do PreCalc pela nova.

Mudar Ícone

O usuário altera o ícone do atalho para um ícone personalizado do PreCalc.

Criar Atalho

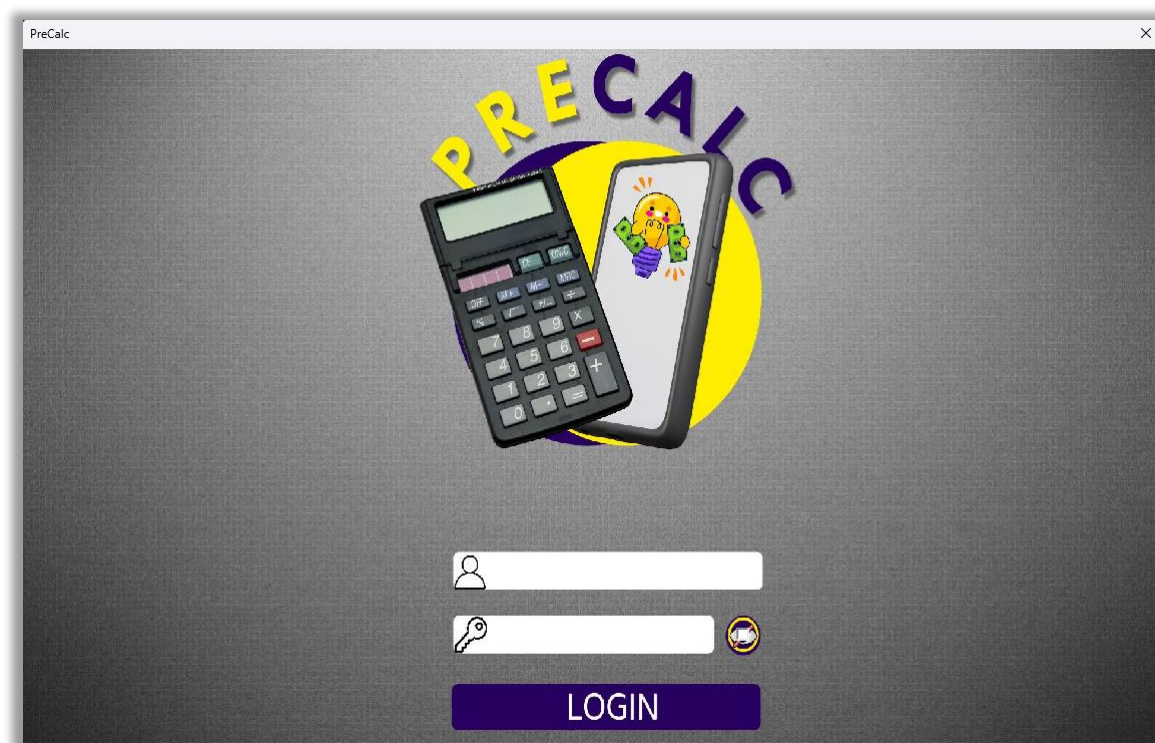
O usuário cria um atalho para o aplicativo PreCalc na área de trabalho.

Copiar Pasta

O usuário copia a pasta PreCalc para um local preferido no computador.




PreCalc - Introdução:



O usuário deverá informar seu **Login e Senha** para que seja possível identificar o **responsável pela elaboração do cálculo**. Caso o Login ou Senha não estejam cadastrados ou haja erro na senha, será exibida uma mensagem de erro, indicando que o usuário deve corrigir a senha ou que o usuário não está cadastrado no sistema.

PreCalc – Informações Gerais:

PreCalc - PIAUI	
	
INFORMAÇÕES GERAIS	
PRECATORIO Nº:	
P. ORÇAMENTO:	Digite o orçamento
PROTOCOLO:	Digite a Data do Protocolo
EXEQUENTE:	Digite Nome do Exequente
EXECUTADO:	Digite Nome do Executado
DATA DO CÁLCULO HOMOLOGADO:	Digite a Data do Cálculo Homologado
PRINCIPAL HOMOLOGADO:	
JUROS HOMOLOGADO:	
TOTAL HOMOLOGADO:	0,00

O usuário deverá **preencher o número PJE** do processo para elaborar o cálculo. Caso o processo esteja cadastrado no sistema, os campos do Plano Orçamentário, Protocolo, Exequente, Executado e Data do Cálculo Homologado serão preenchidos automaticamente. O usuário deverá então **verificar e confirmar** se os dados estão corretos.

Se não for possível puxar essas informações automaticamente, o usuário deverá

preenchê-las manualmente.

Além disso, o usuário informará o valor do Principal Homologado e os Juros Homologados, para selecionar a planilha na qual irá trabalhar.

PreCalc – Planilhas: (versão 2.5 novembro/2024).

ESCOLHA SUA PLANILHA

UTILIZAR PARA CÁLCULOS HOMOLOGADOS ATÉ DEZEMBRO/2021

PREFERÊNCIAS

ACORDO

FAÇA O SEU MODELO

ORDEM CRONOLÓGICA

UTILIZAR PARA CÁLCULOS HOMOLOGADOS APÓS DEZEMBRO/2021

PREFERÊNCIAS

TABELAS AUXILIARES

AJUDA E ATALHOS

CRÉDITOS

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO: 11/2024
VERSÃO: 2.5 novembro/2024

O usuário escolherá a planilha que melhor se adapta ao seu cálculo, podendo ser para cálculos homologados até dezembro de 2021 ou após dezembro de 2021. Os modelos de planilha disponíveis são: **Preferências (Orçamento 2020 à 2024)**, **Acordo (Orçamento 2020)** e **Ordem Cronológica (Orçamento 2020 à 2024)**. O usuário deverá selecionar o modelo correspondente ao tipo de cálculo que deseja realizar, tendo em vista que os índices de atualização variam de orçamento para orçamento.

Portanto, o usuário deverá verificar em qual orçamento o seu processo está para utilizar a planilha correta e garantir que os índices de atualização estejam adequados ao orçamento correspondente.

PreCalc – Atualização:

2020

PRECATORIO Nº: 0703899-60/2018 8 18.0000
P. ORÇAMENTO: 2019
PROTOCOLO: 29/06/2018
EXEQUENTE: MARIA CRISTINA LIMA DE SOUSA
EXECUTADO: ESTADO DO PIAUÍ

Período de graça constitucional: 03/04/2018 até 31/12/2019 - IPCA-E

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
COORDENADORIA DE PRECATORIOS

MEMÓRIA DE CÁLCULO

Mês/Ano:	Valor Devido Atualizado com juros até Novembro/2017	Índice de Correção	Valor Atualizado em Dezembro/2021	Juros (%)	Valor Juros	Valor Atualizado com Juros Dezembro/2021	Índice de Atualização	Valor Atualizado com Juros DEZEMBRO/2024
PRINCIPAL	25.000,00	1.24078	31.019,60	-	0,00	31.019,60	1.0000	31.019,60
JUROS	30.000,00	1.24078	37.223,52	7.702200%	2.389,19	39.612,71	1.0000	39.612,71
TOTAL (a)	R\$ 55.000,00	-	R\$ 68.243,12	-	R\$ 2.389,19	R\$ 70.632,31	-	R\$ 70.632,31
						Selic acumulada - dezembro/2021 dezembro/2024	34,26%	24.198,63
						Valor Total Devido em DEZEMBRO/2024		R\$ 94.830,94

O usuário deverá verificar se os valores estão atualizados corretamente, garantindo que a aplicação do **índice de correção, juros e Selic** (quando aplicável) está devidamente alocada. Após essa verificação, o usuário deverá **adaptar a planilha modelo** para incluir os descontos e impostos, conforme necessário. Isso inclui, mas não se limita a:

- Custas Processuais
- Honorários Contratuais
- Honorários de Sucumbência
- Valor a pagar de preferência (Se for o caso)
- Percentual de Previdência

- RRA (Rendimentos Regulares Acumulados)
- Tributação de Imposto de Renda

O usuário deverá ajustar todos os campos conforme as informações específicas de seu processo, garantindo que os cálculos estejam corretos e completos.

A planilha modelo está dividida entre a **parte branca** e a **parte amarela**:

- **Parte branca:** É a parte que será salva para impressão e anexada ao PJE e SAPRE. Esta parte contém os dados finais que serão apresentados e arquivados.
- **Parte amarela:** É a área destinada à adaptação das planilhas. Nela, o usuário poderá ajustar os cálculos e valores conforme necessário.

Na parte amarela:

- ❖ **Texto em vermelho:** São campos ou fórmulas recomendadas para não serem alteradas, a menos que seja absolutamente necessário. Esses valores geralmente são fundamentais para o funcionamento correto da planilha.
- ❖ **Texto em azul:** São áreas destinadas à adaptação do usuário, como os itens comentados anteriormente (como honorários, previdência, impostos, entre outros). O usuário deve preencher ou ajustar esses campos conforme as necessidades do cálculo.
- ❖ **Texto em cinza:** São informações apenas para verificação, ou seja, o usuário não precisa modificar esses campos, mas deve ficar atento para garantir que as informações estejam corretas.

O usuário deve preencher corretamente as partes em azul, revisar as áreas em cinza e evitar alterações nas áreas em vermelho, exceto quando necessário.

Há Custas Processuais?	Não
Há H. Contratual?	Não
*Se sim, Quantos %? (se não, informe 0%)	0%
Nome	Gabriel de Jesus Silva
CNPJ/CPF?	CNPJ

Há H. Sucumbencial?	Não
*Se sim, Quantos %? (se não, informe 0%)	0%
Nome	GABRIEL DE JESUS SILVA
CNPJ/CPF?	CPF

Valor a pagar para preferencia:	R\$ 35.300,00			
---------------------------------	---------------	--	--	--

Para Preferencia	R\$ 35.300,00		INCORPORANDO A SELIC	
Principal atualizado	R\$ 11.546,78	R\$ 3.955,93	R\$ 15.502,71	Principal com Selic
Juros atualizado	R\$ 14.745,49	R\$ 5.051,80	R\$ 19.797,29	Juros com Selic
Selic	R\$ 9.007,73	R\$ 9.007,73	R\$ 35.300,00	Total com Selic

DIVISÃO PAGAMENTO	
VALOR A PAGAR PREF.	R\$ 35.300,00
(-) HONORÁRIOS CONTRATUAIS	R\$ 0,00
(-) HONORÁRIOS Sucumbencia	R\$ 0,00
(-) Pagamento	R\$ 0,00
 VALOR EXEQUENTE	 R\$ 35.300,00

PREVIDENCIA	Sim	8%	*informar aliquota
BC	R\$ 15.502,71		
Aliquota 8%	R\$ 1.240,22		
Valor Devido	R\$ 1.240,22		

RRA	
R\$ 94.830,94	61,00
R\$ 35.300,00	x
	23

Imposto de renda	<table border="1"> <tr> <td>VALOR A PAGAR</td> <td>R\$ 15.502,71</td> <td rowspan="2">Sim</td> </tr> <tr> <td>(-) PARCEL. PREF paga atualizada</td> <td>R\$ 0,00</td> </tr> </table>	VALOR A PAGAR	R\$ 15.502,71	Sim	(-) PARCEL. PREF paga atualizada	R\$ 0,00
VALOR A PAGAR	R\$ 15.502,71	Sim				
(-) PARCEL. PREF paga atualizada	R\$ 0,00					
(-) PARCE. HONORÁRIOS CONTRATUAIS	R\$ 0,00					
(-) OUTRAS DEDUÇÕES	R\$ 0,00					
BC SEM HONORÁRIOS E OUTRAS DEDUÇÕES	R\$ 15.502,71					
(-) Prev.	R\$ 1.240,22					
BC SEM PREVIDÊNCIA	R\$ 14.262,49					
RRA	23					
BC/MÊS	R\$ 620,11					
ALIQOTA	0,00%					
IR MENSAL	R\$ 0,00					
TOTAL A SER RECOLHIDO (23 meses)	R\$ 0,00					

*verificação pagamento				
R\$ 35.300,00	R\$ 1.240,22	R\$ 0,00	R\$ 34.059,78	R\$ 0,00
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
R\$ 35.300,00	R\$ 1.240,22	R\$ 0,00	R\$ 34.059,78	R\$ 0,00
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	

PreCalc – Finalizando:

O usuário, ao finalizar os cálculos, deverá adaptar as notas explicativas, detalhando os critérios utilizados na elaboração dos cálculos. Essas notas devem incluir obrigatoriamente:

1. Critérios do cálculo:

- a) Identificação de qual cálculo está sendo atualizado.
- b) A lei ou base legal aplicável ao crédito preferencial (se for o caso).
- c) A legislação utilizada para os valores de previdência, incluindo o percentual aplicado.
- d) A base legal e a alíquota de tributação utilizada para o Imposto de Renda.
- e) A tributação aplicável aos honorários (contratuais e de sucumbência).

2. Resultados finais:

- a) Indicação clara se há saldo a pagar ou não (item obrigatório).
- b) Outras observações relevantes, se necessário, para esclarecer ou justificar aspectos do cálculo.

Após revisar e finalizar os cálculos e as notas explicativas, o usuário deverá:

- Pressionar o botão "Salvar".
 - O sistema perguntará a pasta de destino onde o arquivo será salvo.
 - O arquivo será automaticamente gerado em PDF e um backup no formato Excel (sem fórmulas) será criado para futuras consultas ou adaptações.

Se o usuário desejar realizar um novo cálculo, poderá selecionar a opção "Novo cálculo", retornando automaticamente para a área de informações gerais, onde poderá iniciar um novo processo.